



# A Interlocução de Saberes na Antropologia

Danila Barbosa de Castilho  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho  
(Organizadora)

# A Interlocução de Saberes na Antropologia

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I61 A interlocução de saberes na antropologia [recurso eletrônico] /  
Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-045-2

DOI 10.22533/at.ed.452191701

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I. Castilho,  
Danila Barbosa de.

CDD 306

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A antropologia se dedica ao estudo do ser humano e suas diversas manifestações culturais, políticas e religiosas. As discussões acerca da construção da cultura, da memória, das identidades, festas, conflitos e disputas por espaços de memórias e o processo de globalização ocorrem em meio às tensões e conflitos que permeiam as relações sociais compõem o campo de estudos da antropologia.

As pesquisas antropológicas permitem estabelecer relações entre outras ciências como a história, a geografia, a sociologia, a linguística, entre outras, tornando-se um campo multidisciplinar. Podemos perceber essas relações nos textos que serão apresentados nesta obra, onde os autores ao desenvolverem suas pesquisas, sobre os mais variados temas, dialogam com autores como Eric Hobsbawn, Maurice Halbwachs, Stuart Hall, Anthony Giddens, Claude Lévi-Strauss, Mikhail Bakhtin, entre outros.

Esta coletânea, apresenta a você leitor esta diversidade característica das pesquisas antropológicas. Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>7</b>
ARTE E MEMÓRIA DO POVO INDÍGENA ASURINI DO XINGU NOS TRANÇADOS REALIZADOS NAS FLECHAS, ARCOS E CAPACETES	
Reliane Pinho de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>26</b>
AS AMEAÇAS DO DESENVOLVIMENTO: CONFLITOS E DISPUTAS PELOS BENS NATURAIS NO SEMIÁRIDO CEARENSE	
Francisco Hélio Monteiro Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>40</b>
FESTA, MERCADO E TURISMO: BLOCOS, MARACATUS E A POLÍTICA DE EDITAIS EM FORTALEZA	
Danielle Maia Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>55</b>
NEORURAIS: UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	
Ione Cristina Dantas Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>67</b>
OS “POVOS RIBEIRINHOS” E A RESERVA EXTRATIVISTA NO RIO MAPUA NO ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ, BRASIL	
Eliane Miranda Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>84</b>
POR QUE NÃO?": ANÁLISE DO DISCURSO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE A UTILIZAÇÃO DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NOS PROCEDIMENTOS DE ABORTO LEGAL	
Maynara Costa de Oliveira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>98</b>
PRODUÇÃO DE MORALIDADES EM REDES DE SOCIABILIDADES GAYS E LÉSBICAS DAS CLASSES MÉDIAS ALTAS EM TERESINA	
Pâmela Laurentina Sampaio Reis Ana Kelma Cunha Gallas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>112</b>
PUBLICIDADE E IMAGINAÇÃO INFANTIL: AS VAMPIRAS MONSTER HIGH E A MORTE DA INFÂNCIA	
Karlla Christine Araújo Souza Maria Soberana de Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4521917018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>127</b>
TARTARUGAS MARINHAS NA COSTA AMAZÔNICA PARAENSE: OCORRENCIAS E	

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA PESCADORES ARTESANAIS

Roberta Sá Leitão Barboza

Claudia Nunes Santos

Luis Junior Costa Saraiva

Darcy Flexa Di Paolo

Juarez Carlos Brito Pezzuti

**DOI 10.22533/at.ed.4521917019**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 145**

# AS AMEAÇAS DO DESENVOLVIMENTO: CONFLITOS E DISPUTAS PELOS BENS NATURAIS NO SEMIÁRIDO CEARENSE

### Francisco Hélio Monteiro Júnior

Doutor em Sociologia – PPGS/UFC

Professor do Curso de Direito do Centro  
Universitário INTA – UNINTA e da  
Faculdade Luciano Feijão – FLF  
Sobral- Ceará

**RESUMO:** Este artigo trata das percepções de lideranças locais e moradores das comunidades rurais de Riacho das Pedras e Morrinhos do município de Santa Quitéria, localizado no Estado do Ceará, acerca do Projeto de mineração de urânio e fosfato que está em fase de licenciamento ambiental. O projeto é uma iniciativa do Governo Federal a ser executado pelas Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB), empresa de economia mista e vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que integra o Consórcio Santa Quitéria juntamente com a empresa privada Galvani Indústria, Comércio e Serviços S. A. O Consórcio será responsável pela instalação e operação do complexo mineiro-industrial de urânio e fosfato de Itataia. São nessas localidades que os efeitos negativos da mineração se tornam evidentes, acirrando ou gerando conflitos socioambientais pelo uso da água, atingindo diretamente pequenos agricultores e suas famílias. O Projeto Santa Quitéria representa e se apresenta para as comunidades rurais de Riacho das Pedras

e Morrinhos como uma ameaça. Diante dela se questionam (1) sobre o volume de água que requer a mina para operar diante da difícil situação do abastecimento de água na região, sobretudo em tempos de estiagem; dependendo quase exclusivamente de carros pipa; (2) e sobre a geração de empregos diretos e indiretos que virá com a mina e todos os outros “benefícios” que supostamente ela trará, com o discurso atraente da promoção do desenvolvimento que chega às comunidades por meio das lideranças políticas e dos representantes do consórcio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento; Mineração; Conflitos Socioambientais; Bens Naturais.

**ABSTRACT:** This article deals with the perceptions of local leaders and residents from the rural communities of Riacho das Pedras and Morrinhos in the municipality of Santa Quitéria, located in the State of Ceará, about the uranium and phosphate mining project that is in environmental licensing phase. The project is an initiative of the Federal Government to be implemented by the Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB), a mixed economy company linked to the Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) that integrates the Consórcio Santa Quitéria together with the private company Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A. The methodology used was the fieldwork, using

participant observation, carried out in the said communities in the year 2014. It is in these localities that the negative effects of mining become evident, causing or generating socio-environmental conflicts because of the use of water, in harming directly small farmers and their families. The Projeto Santa Quitéria represents and presents itself to the rural communities of Riacho das Pedras and Morrinhos as a threat. Faced with this threat, questions are raised about (1) the volume of water required by the mine to operate in the face of the difficult situation of water supply in the region, especially in times of drought; depending almost exclusively on kite cars; (2) and the generation of direct and indirect jobs that will come with the mine and all the other “benefits” it is supposed to bring, with the compelling discourse of promoting development that reaches communities through political leadership and representatives of Consórcio.

**KEYWORDS:** Development; Mining; Socio-environmental conflicts; Natural Resources.

## 1 | CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO SANTA QUITÉRIA DE MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO

A construção e operação de um projeto econômico de grande escala – PGE - como discutido por Baines (2014), Santos (2013) e Ribeiro (1985; 2008a; 2008b) acarreta diversos impactos socioambientais para os grupos diretamente afetados por grandes obras de engenharia. Os PGE’s geralmente são projetos de infraestrutura que estão na base da construção de cidades planejadas, da construção de hidrelétricas, de complexos siderúrgicos e portuários, de canais hídricos e grandes linhas ferroviárias que albergam a ideia nada ingênua de serem promotores da “modernidade” e do “progresso”<sup>1</sup> mediante a promoção do desenvolvimento econômico e social.

No entanto, essa “modernização” chega acirrando ou fomentando conflitos socioambientais em que agricultores, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas têm seu cotidiano e suas relações sociais modificadas pelas intervenções de consórcios que conjugam os interesses estatais e privados. Pode-se citar, como exemplo, a construção de barragens que obrigam a remoção de agricultores, criadores e ribeirinhos de seu lugar de pertencimento para outras localidades e as variadas atividades de mineração que requerem grandes quantidades de água em suas etapas de construção, operação e produção, comprometendo o acesso daqueles segmentos a esse bem tão caro à vida.

O Projeto Santa Quitéria está sob a responsabilidade do Consórcio Santa Quitéria que é uma parceria público privada (PPP) entre as Indústrias Nucleares do Brasil S/A

---

1 A ideia de progresso aqui é tratada como elemento presente na *ideologia da redenção* como definida por Ribeiro (1985) e que marca os projetos de grande escala, ao assumirem o compromisso de gerar numerosas oportunidades de emprego direto e indiretos, com a construção de grandes obras, tirando uma região ou um país do atraso econômico. Nas palavras do autor: “a ideología de la redención cuya matriz principal es la ideología del progreso, que muchas veces toma la forma del desarrollismo, es decir, la suposición de que los proyectos de gran escala son positivos porque desarrollarán una región, suministrando bienestar a todo el mundo.” (Ribeiro, 1985, p. 33).



(INB)<sup>2</sup>, empresa de economia mista, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e a empresa privada Galvani Indústria, Comércio e Serviços S. A. O consórcio é responsável pela instalação e operação da mina de urânio e fosfato de Itataia. O governo estadual também tem participação através da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), que investirá em obras de infraestrutura como pavimentação das estradas que dão acesso ao local da mina, adutora de água e fornecimento de energia.

O Projeto compreende diversas obras e instalações de diversos equipamentos em sua fase de construção e operação, destacando a construção de um canteiro de obras e infraestrutura de apoio durante sua fase de implantação, estradas de acesso, a própria mina, barragem de rejeitos, instalação mineiro industrial, instalação nuclear, instalações administrativas, sistema de carga, descarga, transporte, transferência e estocagem, entre outras obras e instalações além de infraestrutura (fornecimento de água, energia, estradas e capacitação de mão de obra).

Pode-se afirmar que nos últimos cinco anos vem se formando uma arena pública de debate acerca do empreendimento, a partir do momento em que movimentos sociais passam a atuar nas comunidades impactadas pelo Projeto Santa Quitéria com objetivo de auxiliá-las. Um marco nesse processo foi o Seminário sobre a mina de Itataia, ocorrido entre os dias 04 e 06 de maio do ano de 2011, promovido pela Articulação Antinuclear do Ceará, que é composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>3</sup>, Cáritas diocesana de Sobral e Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará (Tramas/UFC) em que se discutiu os modelos de desenvolvimento, o que é e para que serve o urânio e o que é energia nuclear.

De fato, os discursos e as ações que formatam o Projeto Santa Quitéria acabam por caracterizá-lo em meio a uma correlação de forças entre Consórcio, lideranças locais, sociedade civil organizada e opinião pública. Sigaud (1986) observa que a literatura que trata dos efeitos sociais de hidrelétricas indica que os primeiros impactos já começam a afetar os grupos sociais com o anúncio da obra. Portanto, os efeitos socioambientais dos projetos de grande escala antecedem a sua construção, criando um ambiente de insegurança, medo e expectativas nas comunidades e nas famílias diante do vetor de mudanças sociais que representa um grande empreendimento.

2 A INB possui monopólio do urânio no Brasil (Artigo 177 da Constituição Federal/1988), atuando em toda sua cadeia produtiva que vai da mineração a fabricação do combustível que gera energia elétrica nas usinas nucleares. Criada em 1988, a INB substituiu a Empresas Nucleares Brasileira S/A (Nuclebrás).

3 A Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, assim como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado em 1972, são entidades ligadas à Linha de Ação Missionária da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A CPT tem seu foco de atuação junto aos camponeses e comunidades rurais de assentados vitimados por conflitos sociais que envolvem a posse da terra e exploração do trabalhador rural. Também foi a primeira organização a atuar em parcerias com outras entidades na articulação política das comunidades afetadas pela construção da Usina Nuclear Angra I, em 1970, no município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. Para mais detalhes sobre a atuação e orientação política da CPT Cf. respectivamente: MARTINS, 1994. (Especialmente a segunda parte denominada: *A Igreja: o uso transformador da mediação conservadora*) e MAGRINI, A. et all. 1988.

Meu pressuposto é que a relação conflituosa entre os interesses do Estado e da Galvani S. A. personificados nas ações do Consórcio Santa Quitéria e as comunidades rurais de Morrinhos e Riacho das Pedras levanta questões importantes sobre o uso e apropriação econômica, social, política e simbólica dos bens naturais como água, terra, fauna e flora pondo relevo percepções conflitantes da ideia de desenvolvimento que extrapolam uma leitura exclusivamente econômica dessa “grande palavra”. De acordo com Sarmiento (2013, p. 11):

Na atualidade e num contexto de globalização, o desenvolvimento deixou de ser um fenômeno exclusivamente econômico, passando a constituir uma complexa problemática de componentes políticos, econômicos, ecológicas, sociais e culturais, na qual intervêm diferentes instituições, atores e constrangimentos, refletindo interesses, compromissos e ideologias diferentes e, com frequência, antagônicas nas várias escalas em que os protagonistas se manifestam. Em torno do desenvolvimento, gravitam processos históricos, recursos locais e exógenos, poderes e representações simbólicas que deveremos saber identificar, compreender e analisar.

Por outro lado, a própria palavra desenvolvimento está marcada pela crise nos seus padrões semânticos valorativos tais como industrialização, modernização e crescimento econômico que não contabiliza a apropriação perdulária e racista dos bens naturais. Portanto, este artigo toma como problema as produções discursivas dos moradores de Riacho das Pedras e Morrinhos sobre a ameaça que representa o Projeto para seu abastecimento de água e as dinâmicas socioambientais correlatas que resultam do longo processo de debate sobre a viabilidade do Projeto Santa Quitéria e suas “promessas” de emprego e desenvolvimento.

## **2 | RIACHO DAS PEDRAS E MORRINHOS: COMUNIDADES RURAIS DO SEMIÁRIDO CEARENSE EM TRANSFORMAÇÃO**

Riacho das pedras e Morrinhos são bairros rurais que pertencem ao município de Santa Quitéria. Maior município em extensão do Estado do Ceará, está situado no semiárido brasileiro (SAB) que abrange cerca de 1.400 municípios, distribuídos pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, a porção setentrional de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. No Ceará, são 150 municípios que integram o SAB onde predomina o bioma Caatinga caracterizado pela forte presença de cactos, bromélias e arbustos que perdem as folhas na seca para evitar a perda de água, e ganham uma feição verde e florida no inverno.

Santa Quitéria possui uma área de 4.260km<sup>2</sup> e seu distrito-sede está localizado a quase 58 km da Fazenda Itataia, onde se localiza a mina. Possui uma população estimada em 43.344 habitantes, desses 19.335 habitam a zona urbana e 23.020 vivem em áreas rurais que se aproximam da Fazenda Itataia. É o caso da comunidade

Riacho das Pedras e o assentamento de Morrinhos. O Índice de Desenvolvimento Humano do município é 0,642, situando-o na 63ª posição no Estado do Ceará, apesar das “riquezas” minerais, que incluem, além do fosfato e do urânio, ferro, ametista, berilo e as principais jazidas de granito branco do Brasil que não alavancaram até o presente momento nem a economia e nem os indicadores socioeconômicos do município<sup>4</sup>. (GUIA MUNICIPAL, 2009/2010).

As terras que hoje abrangem Riacho das Pedras como tantas outras da região era uma única e grande fazenda que pertenciam a um senhor que abrigava sob seu poder econômico famílias de retirantes que fugiam das longas estiagens do sertão cearense. Seus limites iam até o rio Groaíras, que banha os municípios de Santa Quitéria e Groaíras. Em seu leito está situado o Açude Edson Queiroz, construído no final da década de 1980.

Os pais de seu Chico, um dos moradores mais antigos de Riacho das Pedras, foram os primeiros a chegar na localidade na década de 1950. Caminhavam em busca de abrigo contra as mazelas da seca. Trabalharam na roça para os donos da fazenda, que já haviam herdado a terra de seus genitores. O trabalho era pesado e contava com a ajuda dos filhos, que com o passar dos anos assumiam as responsabilidades de cultivar a terra, criar as ovelhas, as galinhas e os porcos.

Seu Chico e seus irmãos cresceram nessa fazenda percorrendo seus limites e explorando suas riquezas naturais. Esse contato íntimo e sensível com esse pedaço de terra foi fundamental para que lá permanecessem e decidissem por sua aquisição quando já não era mais viável economicamente a manutenção da fazenda pelo patrão. Seu Chico mais os irmãos compraram uma parte que depois foi repartida entre eles e a terra restante vendida. Assim a comunidade foi ganhando forma em volta de uma pequena igreja e hoje conta com 105 famílias e aproximadamente 420 pessoas, dentre elas filhos, filhas, netos, bisnetos e tataranetos de Francisco de Paiva Rodrigues e Francisca Raimunda de Lima, pais de seu Chico:

Fomos na onda de meus irmãos vender lugar para fazer casa aqui. Por causa da construção de uma igreja, quiseram fazer um povoadinho ao redor da igreja né, e hoje já tem uma parte dessas terras que não é mais fazenda, é uma vila, se tornou uma vila e continua a gente trabalhando, na mesma terra de Riacho das Pedras. (Seu Chico, 76 anos, morador de Riacho das Pedras em entrevista cedida ao pesquisador em 23 de setembro de 2014).

Riacho das Pedras foi elevada à categoria de Vila em 7 de julho de 2003, pela lei municipal nº 393/2003. Desde então vem passando por diversas transformações que incluem a pavimentação das ruas, o acesso à energia elétrica por meio do Programa do Governo Federal Luz para Todos<sup>5</sup> e ampliação do acesso às cisternas de placas

4 A imagem do município tem sido construída principalmente a partir das reservas minerais que possui. É reconhecido pelas jazidas de urânio, fosfato, ferro e outras riquezas minerais como ametista, berilo e as principais jazidas de granito branco do Brasil.

5 O Programa Luz para Todos tem como meta fornecer energia elétrica para a população rural de baixa renda, às comunidades assentadas e quilombolas isoladas e atender demandas comunitárias

para armazenar água da chuva. Contudo, essas transformações que são sentidas como positivas pela comunidade servem também aos interesses privados que necessitam dessa infraestrutura básica visando à realização de projetos econômicos mais ambiciosos que rivalizam com os interesses dos moradores contrários ao Projeto Santa Quitéria.

Em meu trabalho de campo nessa comunidade percebi como o caso do acidente nuclear de Fukushima, ocorrido no Japão, em 2011, é acionado pelos moradores como parâmetro de avaliação e compreensão de que “mexer com essa coisa nuclear” é perigosa, indo de encontro com a leitura dos técnicos das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) que afirmam que o teor de radiação liberada pela mineração não excede os níveis de segurança (lembrando que esses níveis de segurança são arbitrários). Em meu caderno de campo registrei:

Hoje fui interpelado por um morador se não havia acompanhado pela televisão o caso do Japão. Não demorei muito para perguntar-lhe se se referia ao acidente nuclear de Fukushima. Ele prontamente respondeu: esse aí mesmo. Então, desferiu sua opinião de modo a incluir a mineração do urânio como uma atividade que pode trazer muitos problemas à saúde por todos aqueles que venham a consumir água e produtos que correm o risco de serem poluídos com os resíduos do urânio.

De fato, o acesso à energia favoreceu mudanças sociais positivas nas comunidades de Riacho das Pedras e Morrinhos. Elas, diferentemente do discurso que as cristalizam no tempo passado com o objetivo de validar grandes intervenções estatais e/ou privadas, vivenciam transformações sociais, espaciais, culturais e econômicas desde que se formaram. Embora se destaque o quanto impactante será o Projeto Santa Quitéria, o que se discute prioritariamente é que tipo de mudanças ele trará para a região. Se colocará em risco, por exemplo, as sociabilidades, a água, a terra, as sementes, a energia, os açudes e as cisternas conquistadas com muita luta, trabalho e suor.

Ademais, essas transformações sociais são acompanhadas por mudanças conflituosas na forma dos moradores significarem o Projeto e se posicionarem contrariamente à sua execução. De um lado, a interlocução com movimentos sociais e, de outro, o acesso a bens de consumo como televisores, rádios e internet contribuem, sobremaneira, para disseminar informações e tecer relações importantes para fortalecer e expandir a coletividade diante dos dois grandes desafios ao longo de sua recente história, a falta d'água e a mina de urânio.

\*\*\*

Morrinhos, por sua vez, é um assentamento rural bem menor do que Riacho das Pedras. O assentamento federal foi criado em 31 de maio de 1995 depois de muita de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento de água.

luta: “aqui, isso aqui não foi tão fácil, a gente lutou, correu risco de vida aqui, gente querendo passar carro por cima dos companheiros, e outras pessoas que foram para a delegacia, intimou-se gente para delegacia, e foi uma luta que a gente teve por esse assentamento”. (Seu Anastácio, 37 anos, morador de Morrinhos).

Atualmente conta aproximadamente com 215 pessoas que pertencem praticamente a dois troncos familiares, os Frasos e Umbelinos que moram na região desde a segunda metade do século XX. Irmãos, cunhados, tios, sobrinhos, pais e filhos moram vizinhos uns aos outros ou bastante próximos. As atividades socioeconômicas não se resumem a agricultura de sequeiro e criação de caprinos e ovinos. Assim como em Riacho das Pedras, existem mercadinhos, pequenas oficinas de motocicleta que também servem para abastecê-las, bares e muita disposição entre os moradores para realizar qualquer atividade que aufera alguns trocados. Como cortar madeira, produzir estacas, colher ervas, dentre outras.

Antes de se tornar assentamento, Morrinhos era uma antiga fazenda de propriedade do seu Luiz Menezes Pimentel. Nela os moradores trabalhavam por meio do arrendamento rural, que obrigava ao arrendatário, ou seja, o morador da fazenda, a pagar o aluguel da terra e o uso dos meios de produção com uma parte daquilo que produzia. Em tempos de seca, os moradores trocavam a produção agrícola pela construção de uma cerca, de um açude na propriedade do patrão ou qualquer coisa que ele solicitasse a fim de manter-se em sua propriedade. Seu Francisco lembra desse tempo como um tempo vivido em cativeiro, onde o trabalho servia para aprisionar cada vez mais os moradores às necessidades do patrão:

Tudo era pro patrão, era tipo um cativeiro entende?! Eu considero tipo um cativeiro, pois que nós estamos aqui agora tudo liberto né, era tipo um cativeiro esse tempo que nós trabalhamos. Meu pai chegou aqui 1967, nesse tempo tinha oitocentos gados só nessa propriedade aqui, tudo criado pelos moradores que faziam as forragens e ele criava ai nesse pasto. Em tempo de seca vinha aquele trabalho, mas pra você trabalhar pro patrão, você fazer uma cerca pro patrão, você fazer um açude pro patrão. Hoje você vive mais liberto, ave Maria, depois do assentamento melhorou muito, muito mesmo, não tá como a gente pensa que é pra ser, mas melhorou muito. Arrumamos uma casinha que dá pra gente morar, antigamente a gente morava naquela casinha de taipa só. A casa caindo pra cima da gente, e por exemplo, você chegava numa propriedade dessa, quando o pai chegou cada qual construiu a sua casinha, ele não dava não, ele [proprietário da terra] dava só, olha você vai fazer sua casa aqui e você se virava para tirar madeira, fazer o resto. (Seu Francisco, 55 anos, morador de Morrinhos, em entrevista cedida ao pesquisador em 25 de setembro de 2014.)

Nesse momento, essa liberdade mencionada por seu Francisco, os moradores sentem ameaçada diante do que poderá ocorrer à comunidade com a chegada da mina de Itataia. A proximidade geográfica da mina - em época de seca, avista-se com detalhes as curvas de uma cadeia considerável de serras e serrotes onde se esconde, ao fundo, o urânio e o fosfato da mina de Itataia, cavernas e diversas espécies de animais – suscita diversos temores em relação à poluição dos seus mananciais que também

é o temor dos ambientalistas, dos movimentos sociais e de outras comunidades, além dos efeitos da carga explosiva que será utilizada na formação das galerias.

Uma questão insistente é: será possível a convivência da comunidade, sua liberdade de plantar, colher, comer, beber, de ir e vir com o empreendimento e as mudanças de ordem cultural, social e econômica que trará. “E se tivermos que sair daqui? Depois de tanta luta e conquistas?” Se perguntam os moradores diante dos impactos previstos quando se trata de minerar urânio. O próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) recentemente foi questionado pela Associação dos Moradores de Morrinhos quando o documento trata a referida comunidade como reassentada e não como assentada, dando margem para futuras desapropriações.

A materialidade dessa liberdade é a forma coletiva que a comunidade procura construir seu cotidiano e suas pautas de reivindicações. O reconhecimento, por parte dos moradores, do poder que governos e empresas têm em impor seu projeto e suas demandas não impede a comunidade de se posicionar coletivamente, pautando o debate sobre a mina em suas reuniões e conversas informais, aproximando o tema dos moradores, tecendo suas opiniões e demarcando seu lugar e seus interesses no processo de construção da mina.

Cito uma reunião da associação dos moradores do assentamento, aliás a primeira que tive oportunidade de participar, em que foi decidido como se daria a divisão de tarefas para finalizar a construção de um poço profundo. Os últimos materiais requeridos pela associação chegaram no dia anterior, restando aos moradores de Morrinhos se organizarem para construir o poço. Cada qual daqueles que participaram da reunião naquela noite se dispuseram a realizar uma determinada tarefa para que no máximo ao final da tarde do dia seguinte o motor já estivesse puxando água e aliviando os esforços dos moradores em obter água para suas principais necessidades.

Essa organização, mediante divisão de tarefas, claro não abrange todos. Não são todos os moradores que participam dessas reuniões e muito menos os presentes daquela noite são assíduos em todas elas. Ao contrário, nas reuniões são pontuadas as dificuldades de conseguir reunir um máximo número de pessoas. As dificuldades são confirmadas, mas não servem de justificativa para que todos se abstenham. Desde as lutas que antecederam a desapropriação das terras existiam aqueles que se opunham ao processo ora argumentando que não ia dá em nada ora afirmando que não conseguiriam viver sem o patrão. Assim também, de maneira favorável ou contrária se posicionam diante dos fatores políticos e econômicos que se conjugam para fazer operar a mina de Itataia.

Aqueles que participam e levam adiante os processos de construção coletiva abraçam a bandeira da importância de debater o Projeto Santa Quitéria e se fazem presentes nas reuniões que marcam os processos de seu licenciamento. Naquela noite, com temperatura agradável, foi discutido além da execução do poço profundo, como a comunidade se posicionaria nas audiências públicas previstas para debater o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) em novembro de 2014. Quem falaria, como

se daria a confecção dos cartazes, enfim, quem de fato participaria.

Diante de tantos desafios são os moradores mais jovens, professores na única escola de ensino fundamental presente na comunidade – ao todo são seis que moram e ministram suas aulas para alunos do 1 ao 9 ano da Escola de Ensino Fundamental Luiz Menezes Pimentel, que são acionados como porta-vozes, mas sempre acompanhados pelos moradores mais antigos que não se esquivam de participar das reuniões e se posicionarem diante da ameaça que se constitui a mina.

### **3 | AS AMEAÇAS DO DESENVOLVIMENTO: DISPUTAS PELA ÁGUA**

O que mais se ouve entre os moradores, nessas reuniões ou em conversas no alpendre, são questionamentos e dúvidas em relação à capacidade dos seus reservatórios e a qualidade da água caso a mina venha a operar. O açude Edson Queiroz, construído no fim dos anos de 1980, é o principal fornecedor à população urbana de Santa Quitéria. Este açude que compõe a Bacia do Acaraú, que possui outros importantes açudes como Acaraú-Mirim, Paulo Sarasate – “Araras”, Arrebita, Aires de Souza – “Jaibaras”, Bonito, Carão, Farias de Sousa, Forquilha e Várzea da Volta também abastece irregularmente distritos localizados no município de Sobral e fornece água a algumas localidades excluindo outras de seu alcance.

Contudo, sua importância como uma das fontes de água para criadores, agricultores, moradores e demais segmentos que habitam a região norte do estado do Ceará justifica a ação dos movimentos sociais e da sociedade civil em contestar o uso da água do Edson Queiroz para a mineração do fosfato e do urânio. Segundo os interesses do Projeto Santa Quitéria, o mesmo terá sua água vertida para a fazenda Itataia para atender as necessidades de água que requer os processos químicos que envolvem a separação do fosfato e do urânio.

Entre os investimentos previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, está justamente a construção da Adutora Santa Quitéria com extensão de 62,15 km que, segundo os discursos oficiais, levará água do açude Edson Queiroz até a área do Projeto Santa Quitéria, garantindo o seu abastecimento. Afirma-se também como efeito do objetivo primeiro da adutora, que será abastecer o complexo mineiro-industrial de fosfato e urânio, ampliar o acesso das comunidades rurais do seu entorno à água encanada.

Contudo, pode-se levantar a seguinte questão: a adutora não poderia ser construída sem necessariamente estar atrelada ao empreendimento, assim como outras promessas de infraestrutura para o município e seus distritos rurais? Essa questão posta pelas lideranças locais desvela os interesses econômicos que motivam a construção da adutora, que, tudo leva a crer, não sairia do papel se não houvesse outros interessados que não incluem exclusivamente os moradores da zona rural de Santa Quitéria.

Como estratégia de legitimação dos órgãos do Estado e Consórcio, os discursos que se veiculam em relação a essa obra e tantas outras atreladas à execução do Projeto é que as comunidades de Riacho das Pedras, o assentamento Morrinhos e demais distritos rurais serão “beneficiados”. Mas os “benefícios” caso cheguem são em nome de um desenvolvimento assentado na exploração de bens naturais e atividades econômicas intensivas em eletricidade que comprometem o ambiente e favorecem a emergência de conflitos socioambientais.

Para se ter uma ideia das dificuldades vividas pelas comunidades nesses anos de seca provocada pela conjugação de fatores climáticos e o insistente modelo público de gestão das águas no Estado do Ceará, que reproduz as desigualdades socioeconômicas fornecendo acesso desigual a esse bem tão fundamental à vida, em 2014, Riacho das Pedras e Morrinhos eram abastecidas com carros-pipa para complementar os estoques ínfimos de água que existiam nas suas cisternas e o pouco que conseguiam bombear dos poços artesanais. Em várias ocasiões vi a espera dos moradores pelos carros-pipa que não suprem as demandas dos moradores uma vez que a periodicidade e o volume de água que carregam são insuficientes. Diante deste cenário seu Francisco, morador do assentamento e “ex-cativo”, pondera:

Diz que uma empresa dessa aí quando for precisar de água é cento e vinte seis carradas por hora, enquanto aqui, nós aqui, essa comunidade, duzentos e quatorze pessoas aqui, *vem vinte e seis carro-pipa d'água por mês!* [aqui seu Francisco levanta alto as sobrancelhas numa expressão de interjeição que indica quanto é insuficiente essa quantidade de carros-pipa para as atividades diárias e econômicas do assentamento], e aí vai ser por hora, cento e vinte seis, quer dizer, não sei se vão trazer do mar, de onde é, porque aqui na nossa região não tem. (Seu Francisco, 55 anos, morador de Morrinhos, em entrevista cedida ao pesquisador em 25 de setembro de 2014).

O Projeto Santa Quitéria representa uma ameaça para comunidades que sabiamente se questionam sobre o volume de água que requer a mina para operar diante da difícil situação do abastecimento de água na região, sobretudo em tempos de estiagem. Se tiverem que concorrer com o Projeto pela escassa água do sertão central, como ficarão? Ainda que a própria INB possua um açude em sua fazenda, conta os antigos moradores que, nos anos de 1980, os técnicos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) iam até Riacho das Pedras, em busca de água “boa para beber”, “porque a água lá do local da jazida de urânio, a água é ruim né, eles vinham buscar água aqui em casa, tirava água aqui do riacho, porque a água é doce, muito boa sabe”. Até hoje os moradores afirmam que a água da Itataia, como é chamada, não é boa para beber.

A poluição dos seus reservatórios pelo urânio que será minerado também é outra preocupação que chega às comunidades quando passam a se reunir com movimentos sociais e a discutir o Projeto. A contaminação radioativa pelo urânio, a poluição do ar, dos rios e do solo, e os riscos à saúde humana estão presentes na construção de um



discurso catastrófico que se refere às ameaças de explosão de artefato nucleares, à construção de submarinos atômicos, de usinas energéticas e complexos industriais, como aquele que se pretende construir em Santa Quitéria, onde são manuseados materiais nucleares para abastecer a cadeia produtiva da geração de energia nuclear:

Segundo as estatísticas, porque eu fiquei até um pouco em alerta após a vinda dos meninos da UFC agora dia 19 aqui no Riacho, essa mineração de urânio, através do vento, a poeira, ela [cisterna] poderá ser contaminada, também essa questão da água da chuva né, e precisa a gente muito rever essa situação, nós temos hoje, cento e cinco famílias, e essas cento e cinco famílias são contempladas com a cisterna da primeira água. (Edilberto, 39 anos, morador de Riacho das Pedras, em entrevista cedida ao pesquisador em 23 de setembro de 2014).

Edilberto, de Riacho da Pedras, como outros moradores das duas comunidades aqui tratadas, vem participando dessas reuniões que são encaradas por eles como importantes para mudar de ideia e de posição em relação à mina. A desconstrução do discurso do Consórcio, que defende o desenvolvimento econômico que a atividade mineira trará para a região do semiárido cearense promovendo um acelerado desenvolvimento para essa região com criação de “postos” de trabalho – ventilase a criação de mais de 800 postos de trabalho –, com a instalação de serviços e equipamentos públicos, em nome dos interesses desenvolvimentistas da Nação, valoriza, por sua vez, as atividades econômicas (criação de animais, banco de sementes, artesanatos e fabricação de adubo orgânico) que são desenvolvidas pelas comunidades promovidas por políticas e ações voltadas para a convivência com o semiárido.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS OU A ECONOMIA DE SONHOS E ESPERANÇAS FRUSTRADAS**

Seu Francisco chegou em Morrinhos com 7 anos, quando as terras pertenciam a um fazendeiro. Desde então vive em Morrinhos e acompanhou desde cedo as investidas no Governo Federal à região em busca de urânio. Nos anos de 1970 e de 1980 os interesses econômicos e políticos centravam-se no urânio, elemento estratégico para a efetivação do programa nuclear brasileiro. Trabalhou na construção da barragem da mina em 1982. Trata-se de uma grande barragem que serviu e continua a servir às atividades de pesquisa, monitoramento e avaliação das estruturas da mina que a INB desenvolve continuamente na fazenda Itataia. Antes, exerceu outras atividades sempre ligadas à mina. Conta que trabalhou durante muito tempo, sem carteira assinada, para a Nuclebrás carregando um cintilômetro, que é um aparelho que mede radiação, enquanto os pesquisadores iam tomando nota acerca do teor de radiação:

Quando eu trabalhava com “geógrafos”, inclusive o doutor Zé Roberto, que é o

chefe hoje daqui dessa mina da Itataia, e eu trabalhava com ele e ele ia anotando, eu ia com o cintilômetro na mão, que é um aparelho que ele acusa onde tem radiação, onde tem o minério, e ele ia anotando, ele lá e o aparelho acusava, nós então sentávamos num canto e ele ia fazer as anotações, e assim ia para outro canto. (Seu Francisco, 55 anos, morador de Morrinhos em entrevista cedida ao pesquisador em 25 de setembro de 2014).

Passou alguns anos fazendo essa atividade que não lhe exigia muito nem tampouco lhe fornecia qualquer segurança financeira e trabalhista. Marcado por essa experiência reporta-se a ela para relativizar o número e o tipo de empregos que são prometidos para os moradores da região. O trabalho braçal foi bom naquele momento, mas hoje já se sabe que existe uma exigência de um trabalho mais qualificado. Existem máquinas que não existiam no passado. Será que trarão pessoas de outros lugares?

Pode desenvolver alguma coisa, mas, por exemplo, que vai vir emprego? Só que nós, esse pessoal da nossa região aqui, ele não vai ter muito emprego lá não, porque pra lá, vai vir um pessoal que tem o estudo maior, essas pessoas que vai trabalhar em escritório, pessoas que vai vir. Aqui a única coisa que vai sobrar aqui, se for empregar o pessoal é a mão de obra braçal, porque aqui não vai ter pessoas que vai trabalhar nos maquinários, não tem pessoa capacitado pra isso né, e tanto que eu digo que o emprego vai ser pouco, mas prometimento, eles prometem muito. (Seu Francisco, 55 anos, morador de Morrinhos, em entrevista cedida ao pesquisador em 25 de setembro de 2014).

Esse questionamento e as ponderações colocadas por Seu Francisco sobre o tipo de trabalho a ser exigido pela mina também ouvi de Seu Paiva, morador e agricultor da comunidade de Riacho das Pedras, que se refere a mineração de urânio como uma atividade que envolve saber técnico e científico que está muito distante do difícil cotidiano dos jovens das comunidades que ainda contam com situação precária de transporte escolar, estradas esburacadas, quase inexistentes, que conformam o cotidiano dos alunos das escolas situadas em Riacho e Morrinhos:

Com relação a mina de Itataia, tem muitos deles [jovens], meu deus do céu, que é muito empolgado com isso. Eu até acho que essa mineração, falando dos estudantes, talvez não vá ter nenhum deles que vai chegar a esse ponto de gerar renda através da mineração, porque isso? A questão da mineração é uma coisa mais técnica né, ou seja, uma mina dessa extraída, falando de hoje, por exemplo, daqui a um mês, ou dois meses, ou daqui um ano essa mina tá em atividade, eu creio que esses alunos de hoje, ou de amanhã, eles não vão ter gabarito de tá lá trabalhando, ou seja, é coisa mais de maquinário pesado, é questão de levar para fazer análise, enfim, laboratórios né, enfim isso são pessoas que tem um estudo muito avançado e nós aqui da comunidade, eu creio até do município, poucos têm recursos de se formar nessa área. (Seu Paiva, 39 anos, morador de Riacho das Pedras, em entrevista cedida ao pesquisador em 23 de setembro de 2014).

Todos esses posicionamentos são legítimos e provocadores diante do discurso atrativo da promoção do desenvolvimento que vem com a geração de emprego na mina e todos os outros “benefícios” que trará indiretamente e chegam até os moradores por meio das lideranças políticas e dos representantes do consórcio. Segundo Seu Paiva,

nas décadas de 1980, 1990 e anos 2000 políticos de Santa Quitéria ganharam seus votos através do “sonho da mina”. Prefeitos e Secretários chegavam em Riacho das Pedras e à região e diziam aos jovens: “Estude! Que é para se empregar na mina, e com isso os meninos se empolgavam, os pais se empolgavam, e eles elegiam quem eles queriam e se reelegiam na hora que queriam”.

Com o passar dos anos e nada da mina sair, os discursos e promessas se arrefeceram e construíram uma economia de sonhos e esperanças frustradas entre os moradores mais jovens que também duvidam que a mina venha a existir algum dia. Essa lentidão contribui significativamente para que esses mesmos jovens, adultos e velhos vejam o Projeto numa perspectiva menos alinhada ao discurso da promoção do desenvolvimento. Diante desse cenário e apesar do seu processo de licenciamento estar em estágio avançado, aqueles que fomentam ações para barrar o Projeto tem motivos sobrando para acreditar reticentemente em seu poder transformador ou redentor para o semiárido cearense.

## 5 | REFERÊNCIAS

BAINES, Stephen G. Terras indígenas e projetos de mineração e usinas hidrelétricas na Amazônia: alternativas de desenvolvimento ou novas formas de dominação. In: **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs**, 27 a 31 de outubro de 2014, em Caxambu – MG. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=9124&Itemid=456](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9124&Itemid=456)> Acesso em: 22 abr. 2015.

GUIA MUNICIPAL 2009/2010. Perfil dos 184 municípios do Estado do Ceará e dos representantes dos três poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e do Terceiro Setor.

JOCA, Priscylla. Para onde vão as águas do desenvolvimento? In: **Jornal O Povo**, 06/11/2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2014/11/06/noticiasjornalopiniao,3343498/para-onde-va-as-aguas-do-desenvolvimento.shtml>> Acesso em: 16 jun. 2015.

LOPES, José Sérgio Leite. (coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MAGRINI, A. et all. Os impactos da central nuclear de Angra dos Reis sobre a população local: a percepção do risco e os movimentos sociais. In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (org.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008a.

\_\_\_\_\_. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: **Novos Estudos**, nº 80, março de 2008b. pp. 109-125. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000100008&script=sci_arttext)> Acesso em: 25 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Projectos de gran escala: hacia un marco conpetual para el análises de una forma de produccón temporária. In: BARTOLOMÉ, Leopoldo J. (org.). **Relocalizados**: Antropología Social de las Poblaciones Desplazadas. Buenos Aires: Ediciones del ides, 1985. pp. 25-47. Disponível em: <[http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2012/05/3\\_Bartolome.pdf](http://ides.org.ar/wp-content/uploads/2012/05/3_Bartolome.pdf)> Acesso em: 24 mar. 2015.

SANTOS, Potyguara Alencar dos. **Reelaboração étnica e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro**: a etnogênese Anacé e os projetos de grande escala da Costa do Pecém (CE). 199f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://dan.unb.br/images/doc/Dissertacao\\_296.pdf](http://dan.unb.br/images/doc/Dissertacao_296.pdf)> Acesso em: 24 mar. 2015.

SARMENTO, Luiz Eduardo Pinheiro. Patrimônios ausentes: desenvolvimento, impactos e lutas sociais. In: IV Reunião Equatorial de Antropologia/XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. 2013, Fortaleza, **Anais**. Disponível em: <<http://www.reaabanne2013.com.br/anais/edicao-atual/>> Acesso em: 21 jul. 2014.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação nº 9. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – UFRJ, 1986. Disponível em: <[http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/comunicacao\\_%20PPGAS/C9.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/comunicacao_%20PPGAS/C9.pdf)> Acesso em: 12 abr. 2015.

TEIXEIRA, Carla C. Moura, Luís Cláudio. DAVISON, Anna. Relevâncias da Experiência e Critérios de Potabilidade: conflito de interpretações sobre a água “boa” em uma localidade do Cariri. In: **Anuário Antropológico**, 2010/II, dezembro de 2011.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-045-2

